

EDITORIAL

EMPREGO E DESEMPREGO EM TEMPOS DE CRISE ECONÔMICA E DE REFORMA TRABALHISTA

Lauro Mattei¹

Analisando o funcionamento do mercado de trabalho numa perspectiva histórica, observa-se que ele sempre esteve atrelado ao movimento geral da estrutura produtiva, a qual se transforma e também é transformada por fatores estruturais e conjunturais, especialmente em períodos de crises econômicas, como a crise que está afetando a economia brasileira atualmente.

Para diversos autores (HARVEY, 2012; COUTINHO, 1992; ANTUNES, 1997; POCHMANN, 2002; CARDOSO, 2004), o final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho, levando à conformação de uma nova divisão internacional do trabalho e tendo como objetivo central a redução de custos e o aumento da produtividade do trabalho. Essa nova fase do modo de produção capitalista utiliza crescentemente as inovações tecnológicas como forma de otimizar o tempo de produção da força de trabalho e, com isso, reduzir a participação da mão de obra nos custos de produção das empresas industriais e de serviços.

Com isso, ao final do século XX o desemprego cresceu fortemente em diversas partes do mundo, particularmente nas economias periféricas, uma vez que nestas a geração de emprego nem sequer conseguiu acompanhar o crescimento do PIB dos países periféricos, que foi bastante baixo. Como consequência, observou-se que a nova ordem econômica neoliberal que prevaleceu nas décadas de 1980 e 1990 promoveu uma redistribuição internacional do trabalho na economia mundial marcada pela desregulamentação do mercado de trabalho e pela flexibilização das relações trabalhistas.

¹ Professor do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. E-mail: l.mattei@ufsc.br

No Brasil, particularmente, a partir do limiar do novo século esse cenário sofreu algumas alterações importantes, uma vez que a adoção de um conjunto de políticas macroeconômicas neodesenvolvimentistas evitou o aprofundamento do grau de desestruturação do mercado de trabalho. Contribuíram para isso, além da retomada do crescimento econômico, via aumento do crédito e expansão do mercado interno, a implementação de algumas políticas específicas, como a lei geral da micro e pequena empresa e a lei do empreendedor individual, o que contribuiu para o aumento da formalização do mercado de trabalho. Com isso, no período entre 2003 e 2014 observou-se que os postos formais de trabalho cresceram 67,8%, conforme registros do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por outro lado, com a elevação do ritmo de crescimento da economia nesse mesmo período, a taxa de desemprego das décadas anteriores foi diminuindo gradativamente, enquanto que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização do mercado de trabalho. Em grande medida, esses resultados estão relacionados às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação da política de salários, em especial do salário mínimo, e como a ampliação dos programas sociais destinados ao combate à pobreza, tais como Fome Zero e Bolsa Família.

Contudo, com a emergência da crise econômica a partir de 2015, houve uma retração das atividades econômicas com efeitos diretos sobre o mercado de trabalho brasileiro, desfazendo-se a conjuntura favorável que predominou no período 2003-2014. Na essência, a expansão do déficit público; o descontrole do processo inflacionário derivado da pressão de custos e do movimento altistas durante o primeiro semestre de 2015 dos preços dos combustíveis, energia, água e transportes; a alta do Dólar que encareceu as importações e afetou os preços dos produtos exportáveis no mercado doméstico; a política de restrição do crédito; e a subida gradativa da taxa de juros Selic afetaram o desempenho da maioria das empresas.

O resultado desse conjunto de indicadores se traduziu em uma brutal recessão econômica, conforme Tabela 1. Apesar do resultado pífio apresentado em 2014, o PIB ainda conseguiu se manter positivamente, devido à contribuição do setor serviços, uma vez que o desempenho do setor industrial foi negativo. Já em 2015 e 2016 o país conviveu com uma de suas maiores recessões econômicas já registradas, com resultados

danosos para todos os segmentos sociais, particularmente para a classe trabalhadora que foi fortemente afetada pelo problema do desemprego e pela queda dos salários.

Após dois anos consecutivos com resultados negativos, o PIB cresceu 1,0% em 2017, revelando uma certa recuperação econômica, todavia sem repor as perdas ocasionadas durante os dois anos de resultados negativos. No ano de 2017 o setor agropecuário foi o grande responsável pela expansão do crescimento, mesmo tendo uma participação na composição do PIB de apenas 5,3%. Em grande parte, esse resultado positivo desse setor se deve ao crescimento da safra agrícola em 2017, especialmente da soja e do milho.

Tabela 1 – Evolução trimestral do PIB entre 2014 e 2017 (em %)

	2014	2015	2016	2017
1º Trim.	2,7	-2,0	-5,4	0,0
2º Trim.	0,7	-2,5	-4,5	0,2
3º Trim.	0,4	-3,1	-4,0	0,6
4º Trim.	0,1	-3,8	-3,5	1,0
Agregado anual	0,5	-3,5	-3,6	1,0

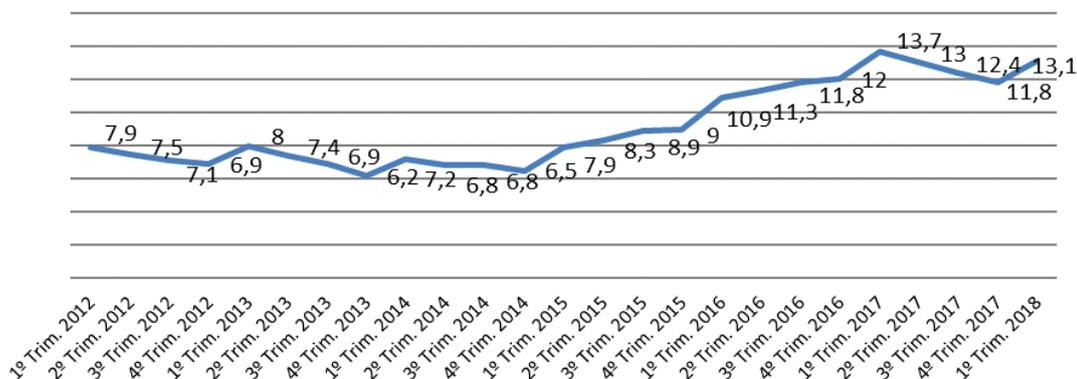
Fonte: IBGE – Contas Nacionais

O resultado dessa recessão econômica foi o retorno do desemprego em patamares bastante elevados. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Continua - (Figura 1), observa-se uma expressiva expansão da taxa de desemprego a partir de 2015, chegando a 12% no ano de 2017. Isso significou que mais de 12,6 milhões de pessoas se encontravam desempregadas ao final desse ano, com consequências diretas sobre outras esferas sociais, especialmente sobre os indicadores de pobreza que voltaram a crescer após mais de uma década de reduções significativas. Esses aspectos foram registrados pelo IBGE em dezembro de 2017 quando lançou a Síntese dos Indicadores Sociais, documento que demonstrou o aumento expressivo da pobreza extrema no país, ou seja, as pessoas extremamente pobres passaram de 16,2 milhões, em 2014, para 24,8 milhões, em 2016. Isso significa que durante a crise econômica recente 8,6 milhões de pessoas retornaram à condição de extrema pobreza, patamar existente no país há doze anos.

Analisando os impactos da crise sobre o crescimento do desemprego, Pochmann (2018) observou que a taxa de subutilização da força de trabalho cresceu 59,7% entre 2014 e 2017 (segundo trimestre), ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego

aumentou 91,2% (de 6,8% para 13,0%). Além disso, o autor destacou que o desemprego apresentou um comportamento desigual quando consideradas algumas características pessoais. Assim, do ponto de vista de gênero, o desemprego afetou bem mais as mulheres, enquanto que em termos de cor/raça o desemprego afetou fortemente os trabalhadores não brancos, uma vez que a expansão do desemprego entre brancos correspondeu a 2/5 do verificado entre as pessoas não brancas. Finalmente, em termos da faixa etária, a maior expansão do desemprego ocorreu entre as pessoas com 25 a 39 anos de idade, porém chamando atenção a expressiva participação também da faixa etária de 14 a 24 anos de idade no volume absoluto de desempregados.

Figura 1 – Evolução do Desemprego no Brasil entre 2012 e 2017



Fonte: PNAD/IBGE

Como a queda na atividade econômica foi muito expressiva em 2015 e 2016, a taxa de desemprego praticamente dobrou em apenas dois anos. Com isso,

a recessão econômica diminuiu o número de pessoas ocupadas e, como ainda é intenso o aumento da PEA no país, retrocedeu, em dois anos, todo o avanço de 10 anos na redução da taxa de desemprego. Esse efeito da recessão sobre o mercado de trabalho foi reforçado pela interrupção da queda na taxa de participação que vinha acontecendo desde o início dos anos 2000 e tinha ajudado na melhoria dos indicadores do mercado de trabalho (BALTAR; LEONE, 2018, p.41).

Diante desse cenário, o governo Temer encaminhou ao Congresso Nacional (CN) uma proposta de reforma trabalhista com a promessa de que após essa reforma seriam criados imediatamente 2 milhões de empregos. Tal proposta foi aprovada pelo CN, tornando-se a Lei 13.467, de 2017. Tal reforma visava unicamente reduzir custos laborais com o objetivo de ampliar as margens de lucros empresariais, mesmo que legalizando a precarização do trabalho e quebrando o equilíbrio necessário entre capital e trabalho nas relações econômicas e sociais de produção. Nesta direção, a reforma

aprovada no ano de 2017 promoveu uma forte mudança nas relações de trabalho; uma profunda alteração trabalhista e sindical, ao modificar o papel dos sindicatos; redefinição das negociações trabalhistas (coletivas e individuais) e da própria justiça do trabalho, cuja função servia de instrumento de equilíbrio de poder entre patrão e empregado.

Chama atenção alguns aspectos altamente negativos dessa lei, destacando-se: a precedência do negociado sobre o legislado, ou seja, o acordado entre patrão e empregados vale mais que as leis; a instituição do trabalho intermitente que, na prática, permite rebaixar a remuneração; a possibilidade da jornada de trabalho ser estendida ilimitadamente, uma vez que isso dependerá da negociação direta entre patrão e empregados; a permissão para que mulheres grávidas ou lactantes trabalhem em locais insalubres; o enfraquecimento planejado dos sindicatos, seja pela retirada abrupta do imposto sindical, seja pelo seu enfraquecimento funcional, uma vez que sua presença nas homologações de rescisões contratuais de trabalho não será mais obrigatória; etc.

Realizada durante uma das mais profundas crises econômicas já enfrentadas pelo país, essa reforma poderá levar a um retrocesso social, uma vez que seus pressupostos associam o problema do elevado desemprego ao excesso de proteção trabalhista, como forma de justificar a mudança substantiva que foi operada no padrão de regulação do trabalho no país. Decorre daí a cantilena da flexibilização do tempo de trabalho como mecanismo para cortar direitos trabalhistas. A introdução do contrato de trabalho intermitente e a alteração do sistema de remuneração são exemplos claros de um novo marco legal cujos objetivos é ampliar o poder do capital para determinar as condições de uso e de remuneração da força de trabalho. Historicamente, sabe-se que, nestas condições, a classe trabalhadora ficará cada vez mais fragilizada e com seus direitos elementares expostos a riscos constantes.

Neste cenário, a Revista NECAT, número 13, procura analisar e debater a estrutura atual do mercado de trabalho no Brasil e em Santa Catarina à luz da crise econômica, dando ênfase ao crescimento expressivo do desemprego nos últimos anos. Além disso, destaca-se para o caso catarinense, a evolução do mercado formal de trabalho e dos principais indicadores.

O primeiro artigo, intitulado “Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil”, de autoria de Marcio Pochmann, analisa a relação entre o desempenho conjuntural desfavorável da economia brasileira e os efeitos sobre o

mercado de trabalho, destacando-se que entre o primeiro trimestre de 2014 e o mesmo trimestre de 2018 ocorreu um descompasso nesta relação. Assim, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) registrou decréscimo de 5,7%, o índice que trata da taxa de desemprego aumentou 81,9%, revelando a dramaticidade das condições atuais do mercado de trabalho no país. De um modo geral, o autor constatou que houve perda de emprego em todo os setores de atividade, todavia as maiores perdas ocorreram no setor secundário da economia, com destaque para a perda líquida de ocupações na indústria de transformação e na indústria da construção civil. Como o setor secundário foi o principal responsável pela trajetória recente de desemprego, observou-se, ainda, um processo em curso de subutilização da força de trabalho e de precarização da mesma.

O segundo artigo, intitulado “Auge e declínio dos indicadores do mercado de trabalho brasileiro: da era Lulista à política econômica da ‘Ponte para o Futuro’”, de autoria de Fernando Augusto Mansor de Mattos, João Hallak Neto, Flaviana Candido de Oliveira e Danielle Carusi Machado, analisa inicialmente as transformações que ocorreram no mercado de trabalho durante os governos Lula e Dilma (2003-2014), período caracterizado pelo crescimento do emprego formal, dos salários e da renda *per capita* familiar. Com isso, o perfil distributivo do país melhorou expressivamente nesse período. Em termos específicos do mercado de trabalho ocorreu uma forte redução da informalidade com correspondente criação de aproximadamente 17 milhões de ocupações formais. Essa melhoria do mercado formal de trabalho foi acompanhada por uma redução da desigualdade de renda. Todavia, a partir de 2015, com a deterioração dos cenários político e econômico, inverteu-se a trajetória que estava em curso até aquele momento. O resultado foi o crescimento do desemprego de 6,5 milhões, em 2014, para aproximadamente 13 milhões, em 2017, com a volta da informalidade e dos efeitos negativos sobre os níveis de renda. Com isso, os autores concluíram que as políticas neoliberais de redução dos direitos sociais como instrumento para recuperar o emprego implementadas pelo governo Temer têm se mostrado enganosas e ineficazes para recuperar o nível de emprego do país.

O terceiro artigo, intitulado “Impactos da crise econômica no mercado de trabalho catarinense: uma análise do triênio 2015-2017”, de autoria de Leandro dos Santos e de Pietro Caldeirini Aruto, analisa os impactos da crise econômica atual sobre o mercado de trabalho catarinense, buscando cotejar as condições desse mercado específico com o contexto do país. Em termos gerais, observou-se que a queda do PIB

do país também teve seu correlato no PIB estadual, embora este tenha mostrado melhoras pontuais entre 2016 e 2017. Ao qualificar esses aspectos, os autores mostraram que Santa Catarina apresentou, inclusive, uma contração da massa de rendimentos reais ainda maior que a verificada para o país. De maneira geral, esses elementos impactaram negativamente a taxa de desemprego que, no agregado estadual, saltou de 2,7%, em 2015, para 6,5%, em 2018. Isso representou a incorporação de aproximadamente 250 mil pessoas à condição de desempregados. Em termos de exercício das atividades laborais, verificou-se que os setores de atividades econômicas com as maiores taxas de desemprego foram a indústria de transformação, a indústria da construção civil e o comércio e serviços. Com isso, concluiu-se que o aumento das taxas de desemprego e a subutilização da força de trabalho atingiram os piores níveis para a série histórica iniciada no ano de 2012.

O quarto artigo, intitulado “Análise da evolução do mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2016”, de autoria de Lauro Mattei e Vicente Loeblein Heinen, analisa a evolução agregada do emprego formal catarinense no período citado. Visando captar possíveis impactos da crise econômica atual, separou-se as informações em dois períodos distintos. O primeiro deles contempla o intervalo entre 2001 e 2014, enquanto o segundo período trata dos anos de crise posteriormente a 2014. Depois de atingir o pico máximo de geração de postos formais de trabalho no ano de 2014, o estado apresentou redução de 105 mil empregos formais em apenas dois anos (2015-2016). Do ponto de vista dos setores produtivos, intensificou-se a tendência geral de concentração do emprego no setor terciário. Apesar de terem sofrido alguma retração desde 2014, os setores de comércio e serviço foram pouco afetados pela crise, fato que fez com que eles continuassem a ampliar sua participação relativa no agregado estadual. Já os setores da indústria de transformação, construção civil e extrativa mineral foram os que apresentaram as maiores quedas durante a crise. Com relação à divisão sexual do trabalho, observou-se que o período de expansão econômica foi benéfico para a expansão da participação da mulher no mercado formal de trabalho. Porém, a partir de 2014 ocorreu uma desaceleração do crescimento da participação das mulheres neste tipo de emprego. Com isso, os autores concluíram que os trabalhadores com emprego formalizado em Santa Catarina tiveram sua situação agravada ainda mais nos últimos anos, uma vez que num cenário de elevação do desemprego e do trabalho informal, aqueles que ainda conseguem se manter empregados formalmente sofrem com

uma nova onda de precarização, derivada não só do deslocamento desses trabalhadores para faixas de remuneração menores, mas também devido à própria desvalorização do salário mínimo real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

BALTAR, Paulo; LEONE, E. O mercado de trabalho no Brasil na recessão de 2015-2016. In: MORETTO, Amilton José et al (org.). **As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social.** Fortaleza (CE): Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho:** um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna:** Uma pesquisa sobre as origens da mudança de cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD).** Diversos anos. Disponível em: <http://www.ibge.org.br/pnad>. Acesso em janeiro e fevereiro de 2018.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Recessão e mercado de trabalho no Brasil. In: MORETTO, Amilton José et al (org.). **As transformações no mundo do trabalho e o sistema público de emprego como instrumento de inclusão social.** Fortaleza (CE): Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2018.



A Revista NECAT procura estimular o debate sobre temas e assuntos pertinentes ao desenvolvimento socioeconômico catarinense, por entender que, enquanto universidade pública, temos um papel a cumprir junto à sociedade catarinense. Dando continuidade a essa missão, estamos disponibilizando o presente número, cujo foco destaca a temática do emprego e do desemprego no Brasil e em Santa Catarina.